

7.08.99 - Educação.

APRENDIZAGEM E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS A PARTIR DA AGENDA EDUCACIONAL GLOBALMENTE ESTRUTURADA

Rennan Andrade dos Santos – PPGE/UFMS/CPAN, Fabiano Antônio dos Santos – UFMS

1. Pedagogo. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal.
2. Orientador. Doutor em Educação. Professor Adjunto e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Formação Docente e Educação (GEPEFE) – UFMS.

Resumo

Este trabalho visa discutir o conceito de aprendizagem e qualidade de educação sob a ótica dos Organismos Multilaterais. Nessa direção, nossa pesquisa teve como objetivo a investigação das relações entre qualidade da educação e aprendizagem na produção de consenso neoliberal. A aprendizagem tem sido considerada a principal dimensão da qualidade de educação, fato que é incessantemente orientado pelos Organismos Multilaterais. Esse fenômeno se faz presente nas políticas educacionais na contemporaneidade, o que pode ser percebido a partir dos documentos que norteiam a educação mundial em diversos países. Assim, buscamos compreender como esses conceitos ganharam evidência nas últimas duas décadas na agenda dessas entidades, tornando-se bases fundamentais para "boas práticas escolares". Portanto, desenvolvemos uma pesquisa de caráter documental e bibliográfico, analisando os documentos da agenda educacional mundial, bem como, debatemos os conceitos construídos através de sua bibliografia especializada.

Palavras-chave: Políticas Neoliberais; Agenda Global para a Educação; Qualidade do professor.

Apoio financeiro: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Introdução

Este artigo resulta de pesquisa elaborada para conclusão do curso de pedagogia do Campus do Pantanal no ano de 2016. Seu objetivo é discutir as relações entre aprendizagem e qualidade da educação na produção de consenso neoliberal.

A formação social capitalista se reveste de nova roupagem a partir da segunda guerra mundial, com o advento do neoliberalismo e a exacerbação do livre mercado. Isso implicará em mudanças significativas nas estratégias que o capital usaria para a manutenção de sua hegemonia, inclusive sobre as políticas sociais e, em particular as políticas educacionais. (ANDERSON, 1995; SHIROMA; MORAIS; EVANGELISTA, 2000). Estas políticas foram ajustadas às demandas dessa nova roupagem que passou a contar, a partir de 1990, com a participação marcante dos Organismos Multilaterais (OM), na promoção de inúmeros eventos, assessorias técnicas e farta produção documental (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003).

Diante desse cenário, forma-se uma agenda globalmente estruturada para educação (DALE, 2004) centrada, durante a década de 1990, na formação de consensos em torno do discurso de melhoria da qualidade educacional. Contudo, a partir dos anos 2000, com o advento de novas reformas do âmbito educativo, as instituições multilaterais rearticularam seu discurso e vincularam aos seus objetivos a aprendizagem como parte da qualidade da educação. Sendo assim, é fundamental que pesquisas objetivem problematizar e compreender a relação entre qualidade e aprendizagem, além de seus objetivos implícitos relacionados aos interesses do capital.

Deste modo, analisamos os objetivos da agenda da educação criada a partir dos Organismos Multilaterais, focalizando nosso olhar na qualidade da educação e nas relações entre aprendizagem e qualidade do professor, percebendo, assim, como se formam os slogans dos discursos que incorporam o consenso da aprendizagem por competência e, por consequência, congregam com a ideia da qualidade da educação.

Metodologia

Desenvolvemos uma pesquisa qualitativa de caráter documental e bibliográfico. A pesquisa qualitativa, segundo (CHIZZOTTI, 1991, p.89), é caracterizada por "interferir em uma situação insatisfatória [e] mudar condições percebidas para transformáveis [...]". Por outro lado, a pesquisa bibliográfica, como aponta Oliveira (2007), é imprescindível, visto que leva o pesquisador a entrar em contato direto com as obras e artigos que tratam do tema de estudo.

Assim, nossa pesquisa consiste na análise dos documentos construídos pela agenda educacional mundial, sendo eles: A Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas

de Aprendizagem; O Fórum Mundial de Educação para Todos: O Compromisso de Dakar e o Fórum Mundial Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e aprendizagem ao longo da vida para todos (*Education 2030: Towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all*). No que concerne à bibliografia especializada, debatemos os conceitos construídos através desses documentos.

Vale salientar que nossa análise documental parte das percepções das autoras Shiroma, Campos e Garcia (2005) que afirmam que esses documentos servem para os pesquisadores entenderem como essas instituições compreendem a realidade e autenticam suas ações. Os mecanismos de divulgação são a internet, visto que documentos nacionais e internacionais são facilmente divulgados por esse meio e, justamente por isso são bastante popularizados e ganham força e legitimidade almejadas. Portanto, realizamos essa pesquisa analisando esses documentos sob uma visão crítica de todas suas orientações e concepções, pois estas influenciam as políticas públicas educacionais diretamente em inúmeros países.

Resultados e Discussão

As influências ideológicas no âmbito educacional começaram em 1980, com a mundialização do capital, a qual foi desencadeada pelas mudanças nas formas de trabalho (SANTOS et al., 2015). Tal fato gerou um intenso processo de internacionalização das políticas educacionais, originado pela globalização, em que agências internacionais em países emergentes formularam inúmeras recomendações sobre políticas públicas (LIBÂNEO, 2012). Isso pode ser percebido com a agenda educacional formulada pelos Organismos Multilaterais que, entre 1990 à 2015, visou, segundo Dale (2004), o desenvolvimento econômico dos países periféricos e a perpetuação do consenso neoliberal.

A partir da análise documental foi possível elencar três categorias para discussão deste trabalho: qualidade da educação, qualidade do professor e aprendizagem. A efetivação desses conceitos foi gestada durante toda década de 1990, principalmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), alicerçada pelo Banco Mundial. Porém, tomou corpo, objetivamente, a partir dos anos 2000, no Marco de Dakar, que afirma que “[e]ducação de qualidade é aquela que satisfaz as necessidades básicas de aprendizagem” (UNESCO, 2000, p.17). Decorridos quinze anos, em Incheon (2015), podemos observar que o documento produzido verificou que pouco se avançou em relação à aprendizagem e a sua qualidade, dessa forma, melhorá-la se tornou desafio educativo global para 2030, ano da próxima conferência. “Nos comprometemos com a qualidade da educação e a melhorar os resultados da aprendizagem, a qual requer o fortalecimento dos processos e avaliação dos resultados e mecanismos de medir o progresso”(UNESCO, 2015, p.3 tradução nossa).

Esses pontos em comum refletem a concepção dos Organismos Multilaterais em relacionar qualidade de educação à aprendizagem e avaliação de desempenho. Nessa ótica, as avaliações de desempenho em longo prazo buscam estabelecer parâmetros de referência para recomendar práticas e procedimentos metodológicos produtivos. A dinâmica dessas entidades visa também legitimar o discurso de melhoria do rendimento escolar que, por conseguinte, direciona a opinião pública a favor da educação. Já em médio prazo, seria necessário melhorar o suporte tecnológico e a infraestrutura das escolas, pois com o maior acesso à informação e conhecimento e um espaço necessário para ensino, o dinamismo nos programas curriculares poderia ser impresso, promovendo capacitação docente e aumentando as jornadas escolares (DOURADO, OLIVEIRA e SANTOS, 2007).

Logo, o conceito de qualidade da educação está estritamente ligado à aprendizagem, uma vez que regulando-a por sistemas de avaliação, relaciona a ideia de educação de qualidade aos resultados de eficácia da aprendizagem pelos sistemas de ensino, ou seja, o rendimento escolar medido por sistemas de avaliação e a qualidade da educação são tratados como sinônimos. Como apontam Dourado, Oliveira e Santos (2007), o Banco Mundial considera que o avanço da qualidade da educação só será efetivado através da criação de sistemas nacionais de avaliação da aprendizagem. A ênfase nos resultados é percebida também no marco de DAKAR (2000) quando afirmam que “[s]eus pontos e princípios essenciais são os seguintes: generalização do acesso à educação; insistência na igualdade; ênfase nos resultados da aprendizagem” (UNESCO, 2000, p.12). Nessa perspectiva, os Organismos Multilaterais imprimem a concepção de aprendizagem mensurada, ou seja, fracassos e sucessos escolares medidos por sistemas de avaliação. Essa ideia acaba por sustentar o conceito de “qualidade de educação”, pois vincula-o à aprendizagem, logo os resultados se correlacionam ao desenvolvimento econômico.

Toda essa discussão se direciona para responsabilização do professor no que tange a essa qualidade, pois, se os alunos não correspondem aos resultados de aprendizagem mensurados pelos sistemas de avaliação, o professor é o sujeito cobrado por essa falha. Isso faz com que seu trabalho seja direcionado na busca da aprendizagem que os sistemas de avaliação almejam. Nesse sentido, “[a] tentativa de responsabilizar o professor pelos resultados das avaliações é a porta de entrada para a formação do consenso em torno da reestruturação de sua carreira, inclusive seu regime de contratação” (SANTOS, 2015, p.14). Nesse enfoque, os Organismos Multilaterais, por meio dos processos de avaliação da aprendizagem, têm por objetivo a formação de um novo professor moldado às novas exigências econômicas, o que resultará na preparação de seus alunos para tais exigências.

Portanto, podemos considerar que o conceito de qualidade de educação presente nos documentos analisados é sustentado pela aprendizagem que, por sua vez, está baseada em rendimento e na responsabilização do professor, dado que é impossível, nesse arranjo, pensar em uma aprendizagem que corresponda aos interesses do capital, sem pensar em profissionais que a executem com maestria tal

dinâmica.

Dessa forma, a qualidade da educação se move ligada ao desenvolvimento econômico, uma vez que os objetivos já descritos visam à formação de sujeitos para o mercado de trabalho, ou seja, o conceito de melhoria da qualidade de educacional, baseada na aprendizagem medida por avaliações que se direciona a responsabilização do professor, corresponde ao interesses do desenvolvimento econômico, pois os Organismos Multilaterais, através de seus documentos ambicionam uma educação que produza sujeitos cada vez mais capacitados e adaptados aos desafios do capital. Logo, o conceito de educação de qualidade se sustenta através de um tripé: aprendizagem por competência, responsabilização do professor (fracasso ou sucesso escolar) e os sistemas de avaliação,; por sua vez, o determinante dessas premissas é justamente o sistema econômico.

Conclusões

Diante do exposto, podemos considerar que o neoliberalismo, utilizando aos diversos Organismos Multilaterais, acaba por lançar princípios que objetivam perpetuar o sistema econômico pela formação de consensos. É válido ressaltar que a partir das análises de Gramsci – autor italiano marxista – o Estado moderno, para manter a hegemonia política, social e econômica abre frente de duas possibilidades de domínio. A primeira referente à coerção - o uso da força - e a segunda à formação de consensos (GRAMSCI, 2011). É na formação de consensos que os Organismos Multilaterais utilizam de uma linguagem revestida de positividade para a angariação de mais adeptos: instituições e sujeitos. Por outro lado, é através de seus intelectuais que os consensos são formados, direcionando-nos a um modo de vida e entendimento de mundo. Os consensos, colocados através das políticas internacionais pelos organismos supracitados confirmam esse pressuposto, imprimindo nos diversos sistemas de ensino principalmente nos países periféricos, uma ideologia educacional direcionada a formação de capital humano.

Assim, constatamos que essas entidades corroboram, por meio de suas orientações para consolidação da qualidade de educação, o foco da formação de consenso na atualidade. Tal fato é evidenciado, por meio da formação da agenda educacional constituída desde 1990, e que já se consolida para os próximos quinze anos. A qualidade da educação nessa agenda tem se feito presente em todos os documentos aqui analisados, o que mostra sua importância para essas entidades, visto que ela é uma das peças fundamentais no bojo da formação para o capital.

Retomando o conceito de qualidade de educação discutido neste trabalho, percebemos que a agenda educacional criada durante as últimas três décadas é um retrato dessas intenções que dão margem à formação de inúmeros consensos ativos, além disso, com a profusão do uso do termo “qualidade da educação” em numerosos documentos dos Organismos Multilaterais, permite-se que ele se desgaste a ponto de se tornar vazio em sentido, sendo assim, tomado dos sentidos que produzem e facilitam a criação de consensos (CONTRERAS, 2002).

Compreendemos que a concepção de aprendizagem e de qualidade de educação apresentada pelos Organismos multilaterais é a aprendizagem por competência ou eficaz, ou seja, cabe à aprendizagem fornecer todas as habilidades que o mercado exige para o trabalho. Por isso, a ela é quantificada e medida por várias avaliações, que servem de base, segundo essas entidades, para verificar a qualidade da educação, ou seja, se os sujeitos estão realmente “aprendendo”. Essa estratégia constrói uma atmosfera favorável, posto que causa consentimento e fortifica o discurso neoliberal a favor de uma “educação de qualidade”. Isso significa que o conceito de qualidade da educação é uma das principais bandeiras dos Organismos Multilaterais na atualidade, visto que inúmeros países têm adotado esse modelo em seus sistemas de ensino, incluindo o Brasil.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, P. et al. Balanço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, p. 9-23, 1995.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciência humanas e sociais**, São Paulo: Cortez, 1991.
- CONTRERAS, J. **Autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.
- DALE, R. (2004). Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "cultura educacional mundial comum" ou localizando uma "agenda globalmente estruturada para a educação"? IN: **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25, nº 87, p. 423-460, maio/agosto.
- DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. A qualidade da educação: conceitos e definições. **Série Documental: Textos para Discussão**, Brasília, DF, v. 24, n. 2, p. 5-34, 2007.
- FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. *Educ. Soc.* [online]. 2003, vol.24, n.82, pp. 93-130. ISSN 0101-7330.
- GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Carlos Nelson Coutinho, organizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 375 p., 2011.
- LIBÂNEO, J. C. Internacionalização das políticas educacionais: elementos para uma análise pedagógica de orientações

curriculares para o ensino fundamental e de propostas para a escola pública. *In.* SILVA, M. A.; CUNHA, C. **Educação básica: políticas, avanços e pendências.** Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e educação. *In:* GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo (Org.). **Infância, educação e neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Maria Marly. Como fazer pesquisa qualitativa, Petrópolis,RJ: **Vozes**, 2007

SANTOS, F. A. **A centralidade do professor na agenda educacional internacional: estratégias de consenso e terceirização.** 2015

SANTOS, F. A. et al. **A aprendizagem como uma das dimensões da qualidade da educação.** 2015.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C.; Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *In.* **Revista Perspectiva**, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul-dez 2005, Florianópolis, 2005.

SHIROMA, E. O; MORAES, M. C. M, de; EVANGELISTA O. Os Arautos da Reforma e a consolidação de Consenso:1990 *In.* SHIROMA, E. O; MORAES, M. C. M, de; EVANGELISTA O. **Políticas Educacionais.** Rio de Janeiro: Lamparina 2000,1.ed, p.45-72

UNESCO. **Declaração Mundial sobre educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jontiem, 1990. Disponível em <<http://bit.ly/1EFpuZf>>

UNESCO. **Education 2030: Towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all**, INCHEON, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/1XqTuyj>

UNESCO. **Foro Mundial sobre La Educación.** Dakar, 2000. Disponível em <<http://bit.ly/1qDSovr>>